

Habitar os desmoronamentos

Corpos, práticas e modos de reencontrar a vida na cidade

Profa. Dra. Flávia de Sousa Araújo / FAU-UFAL

Profa. Dra. Daniele Caron / PROPUR-UFRGS

RESUMO GERAL

A crise sanitária de proporções globais disparada pela emergência da pandemia de Covid-19 produziu impactos tão extensos quando intensos, reorganizando a mobilidade espacial em todas as escalas, desde as relações entre os corpos e as cadeias produtivas da economia, com reflexos nas cidades, em que se fizeram mais visíveis as desigualdades territoriais, de classe, raça e gênero, mas também desestabilizando imagens e desejos de futuro. Foi preciso um vírus penetrar a esfera política, uma intrusão de Gaia nos termos de Isabelle Stengers, para reforçar a percepção de que as crises — sanitária, urbana, climática, ambiental, do trabalho, econômica, política, civilizatória — são indissociáveis e cada vez mais constantes. Pensadores indígenas, como Davi Kopenawa e Ailton Krenak apontam para a perenidade da crise, a partir de fins de mundos vividos há séculos pelos povos ameríndios ou pelos povos escravizados da África, que aprenderam a re-existir nas culturas diaspóricas. Em "Ideias para adiar o fim do mundo", Krenak nos provoca a habitar o desconforto da queda do céu e do ruir da terra, profetizados por Kopenawa, seguindo o exemplo dos povos indígenas que resistiram expandindo sua subjetividade.

Esta sessão livre se propõe a perscrutar os sentidos de alguns dos desmoronamentos em curso e as possibilidades práticas e vitais de habitá-los, refletindo sobre os problemas, as nuances e paradoxos envolvidos na necessidade de distinguir: entre aquelas ideias e práticas que precisam mesmo desmoronar, e aqueles lugares, seres e modos de vida que configuram horizontes de luta política pelo direito de seguir de pé. Habitar o desmoronamento seria um exercício permanente de cuidado e atenção para recalibrar as bússolas ético-estéticas e encontrar posições nos movimentos do jogo. Como modo de fazer, buscamos explorar como esta reflexão pode ser feita a partir de práticas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, em diferentes contextos institucionais e territoriais, mas igualmente atravessados por desmoronamentos e pelo que chamamos de um "tempo pandêmico" e seus desdobramentos. Este é um dos problemas que a sessão propõe levar a sério, pois a desaceleração dos corpos na primeira fase da pandemia não foi acompanhada de uma desaceleração das mentes. É preciso pensar também um fazer acadêmico que crie proteções e antídotos às capturas pelos fluxos da economia cognitiva predatória, encontrando meios de desacelerar o produtivismo tóxico, reconhecendo aí um aspecto da colonialidade que age através das normatividades e enredamentos estruturantes das experiências de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo, no que tangencia as práticas e os estudos urbanos.

A sessão se mobiliza também pelo desejo de rua, cultivado no período de distanciamento social em que a totalidade das atividades acadêmicas foram

remotizadas. Neste período, o sentido de falta do corpo-a-corpo na rua, sinaliza a importância de uma pedagogia que se faz nas encruzilhadas, como propõe Luiz Rufino, aquela que faz do par colonialidade/ decolonialidade, mais do que um abismo, um entroncamento de forças em que os corpos subalternizados engolem, regurgitam e cospem de maneira transformada as opressões e tensões que os afligem. Trata-se de reconhecer a ação destas pedagogias das ruas sobre nós, pesquisadores e professores, pois no encontro com a vida no chão da cidade, das ocupações, dos a(r)tivismos, e das formas de morar periféricas e solidárias que disputam diariamente seus espaços de resistência na/cidade, aprendemos outros modos de projetar, planejar, agir e pensar que acontecem na errância, operando nas frestas, como diz Luiz Simas, da modernidade, da produção do espaço neoliberal e do paradigma do desenvolvimento. Contra o epistemicídio e as relações impermeabilizadas com a terra do modelo de cidade neoliberal, buscamos práticas acadêmicas com mais permeabilidade, contato, fricção entre corpos, territórios, epistemes e cosmologias, não para buscar uma síntese pacificada, mas para exercitar o reconhecimento da diferença e o encontro de saberes que deslocam verdades e posições de poder.

A proposta é trocar experiências e reflexões elaboradas ao longo de dois anos de pandemia, discutindo estratégias e modos para encontrar a vida na cidade a partir da prática acadêmica. As quatro falas partem de experiências locais realizadas nas cidades de Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Volta Redonda (RJ), Petrópolis (RJ) e Rio de Janeiro (RJ), todas formalizadas dentro dos marcos da institucionalidade acadêmica, mas que buscam, cada uma à sua maneira, assumir uma postura ética, política e estética que possa abrir algumas fissuras nas formas tradicionais, patriarcais, cartesianas que ainda modulam o fazer científico. Longe de querer apresentar resultados fechados de pesquisa, o objetivo principal da sessão está em criar um espaço de troca onde os participantes possam compartilhar suas experiências e formulações, mas também seus anseios, inseguranças e dilemas, frente aos desafios de um mundo que se mostra cada vez mais hostil à vida. O contexto que vem se desenhando no país nos últimos anos, com uma sequência de quebras institucionais, alinhadas com o avanço de um regime capitalista ultraliberal de contornos neofascistas, vem explicitando de forma cada vez premente que a precarização da vida é parte de uma lógica de superexploração, cujos efeitos incidem com muito mais violência sobre territórios populares e (ditos) periféricos.

Isso implica em assumir uma postura epistemológica em que o conhecimento deixe de ser concebido como um “dizer-sobre”, pautado por relações assimétricas instituídas a partir do par “sujeito/objeto”, e busque um reposicionamento radical que parta da criação coletiva enquanto um “dizer-com”, sempre processual e pautado pela multiplicidade. Um conhecimento que se institui enquanto uma trama de agenciamentos, postura que atravessa as quatro falas que compõem esta sessão.

Os participantes desta sessão livre compartilham em sua trajetória o engajamento com a Rede Latino-Americana Imagem, Identidade e Território (Rede LAIT), grupo que reúne pesquisadores, docentes e ativistas, desde inícios dos anos 2000, na constituição de um espaço coletivo de produção e experimentação de caráter multidisciplinar, que atualmente se estende por Brasil, Argentina, Bolívia e Portugal. A Rede LAIT privilegia modos de produção do conhecimento que valorizem diferentes saberes e experiências, tendo

investido desde o seu início na organização de momentos de troca e interação entre seus integrantes e parceiros. O principal deles é o Simpósio Imagem, Identidade e Território, evento realizado periodicamente desde 2008, que busca incorporar em suas discussões temas emergentes ligados ao campo dos estudos urbanos, tendo como referência uma abordagem teórico/metodológica que problematiza de forma crítica a produção de discursos e práticas hegemônicas, reconhecendo a multiplicidade enquanto possibilidade de resistência política. Abordagem que atravessa temáticas diversas – cidade, experiência, corpo, cultura, cotidiano, cartografia, linguagem, paisagem, identidade – que refletem os diferentes interesses de investigação de seus integrantes, compondo uma trama que se potencializa enquanto uma agenciar coletivo.

As sessões livres organizadas nos encontros da ANPUR também cumprem um papel importante nessas articulações, tendo se constituído como um espaço profícuo de diálogo mais direto com o campo do planejamento, inclusive favorecendo a interação com um leque mais amplo de pesquisadores e o enriquecimento do debate a partir da formulação coletiva de novas agendas de pesquisa. Esta sessão procurou incorporar em sua composição pesquisadores da Rede LAIT que transitam e incidem em diferentes áreas do conhecimento – urbanismo, design, psicologia, arquitetura, gestão pública, planejamento urbano – com preocupações em comum sobre o contexto de crise política, social, institucional, urbana e sanitária pelo qual passa nosso país, que nos leva, mais do que nunca, à necessidade de repensar nossas práticas de pesquisa, ensino e extensão.

FABULAÇÕES DO COMUM E DO DIREITO À CIDADE NO NARRARCOM OCUPAÇÕES URBANAS

Profa. Dra. Daniele Caron / PROPUR-UFRGS
Profa. Dra. Ana Cabral Rodrigues / PPGPSI-UFF

O interesse por processos de emancipação social e política que se instauram no cotidiano e que fabulam um comum, ainda que provisório, reivindicando o direito à cidade, é o ponto de entrecruzamento entre o Margem_lab (PROPUR/UFRGS) e o Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU-Psi.UFF). Nesse ponto evidenciam-se construções metodológicas e estratégias de pesquisarCOM ocupações urbanas - sejam elas tomadas como paisagens de múltiplas escalas e potência interpeladora aos constructos intelectuais, sejam tomadas como modos de dizer-cidade mais além da produção urbana neoliberal, dos regimes hetero-normativos, patriarcais, embranquecidos e adultocêntricos. A perspectiva decolonial comparece como fruto de uma injunção ética reconhecida nos impasses e exigências que emergem dos encontros com os territórios e corpos tecidos por forças denegadas e violentados cotidianamente, inclusive por saberes e técnicas dos especialistas e universidades. As estratégias para se dar lugar a tal injunção transitam entre o uso de fragmentos narrativos, numa perspectiva da montagem, e o cartografar. Isto é, acompanhar processos de invenção do cotidiano, de resistência e contradições, estas que não de comparecer mediante a afirmação

da humanização desses corpos outremizados, mas que urgem dizerem-se em suas dignidades e saberes que podem recolocar os modos de se sustentar o direito à cidade.

PROCESSOS ERRANTES COMO MODO DE HABITAR RUÍNAS

Prof. Dr. Gabriel Schvarsberg / ESDI-UERJ
Profa. Dra. Letícia Castilhos Coelho / FAU-UFRJ

Considerando a urgência em operarmos certos deslocamentos nas práticas, reflexões e processos relacionados aos estudos e projetos urbanos, tendo em vista os inúmeros desmoronamentos que atravessam as dinâmicas urbanas na contemporaneidade e que exigem reposicionamentos radicais no sentido de descolonizar o pensamento, tensionar certas cristalizações (hegemonias, verdades, totalizações, centralidades, binarismos, desigualdades estruturais) e encontrar as frestas nas quais subsistem as potências de vida e de criação, este trabalho deriva de proposições e investigações no âmbito da pesquisa e do ensino em Urbanismo acerca dos modos de fazer-pensar-criar e de experimentações metodológicas que apostem no erro, no imprevisto, no aberto e no movente enquanto qualidades constituintes de processos reflexivos e criativos, assim como, abordem e incorporem qualidades errantes; expressões em múltiplas linguagens; dimensões corpóreas; abordagens interescares e interseccionais; reforçando a importância da criação coletiva, segundo uma concepção de “fazer com”, buscando abrir espaço para que diferentes interlocutores atuem desde suas posições e saberes nas concepções projetuais e reflexões sobre a cidade.

DISSIDÊNCIAS, PANDEMIA E DISTOPIA: A(R)TIVISMO E MANIFESTAÇÕES CONTRA-HEGEMÔNICAS NA ESFERA PÚBLICA DA CAPITAL ALAGOANA

Profa. Dra. Flávia de Sousa Araújo / FAU-UFAL

Atualmente no Brasil a distopia é a tônica nos modos de imaginar futuros: o crescimento do conservadorismo e os ataques aos direitos humanos; as crises econômica e sanitária decorrente da pandemia do COVID-19; despejos forçados; aumento das taxas de violência contra mulheres e outros corpos dissidentes; e o agravamento dos impactos ambientais constituem o mal-estar em que vivemos. Na capital alagoana, a percepção distópica é acirrada pelos impactos da mineração, que culminou na subsidência de quatro bairros da cidade. Em contrapartida, observa-se novos modos de resistências e reivindicações pelo direito à vida e à cidade por meio do a(r)ativismo urbano. Essas manifestações político-artísticas adquirem uma inclinação de documentação performativa e política, em função do caráter viral de difusão em redes globais e rizomáticas. Compreender o a(r)ativismo urbano enquanto evidência de movimentos contra-hegemônicos e fortalecimento das redes de corpos dissidentes, bem como apontar as táticas de enfrentamento às crises

destacando (re)ações à distopia atual, é pensar a potência da dimensão política da arte na esfera pública no ato de exercitar outras perspectivas de futuro, tramando experiências que contribuam para a elaboração de alternativas de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis neste novo milênio.

A MORADIA COMO RESISTÊNCIA. OU COMO PENSAR O ENSINO DO PLANEJAMENTO URBANO EM CONTEXTOS DE CRISE PERMANENTE

Prof. Dr. Samuel Thomas Jaenisch / IPPUR-UFRJ

O agravamento da crise habitacional verificado nos últimos dois anos de pandemia, deixou evidente que a lógica neoliberal que orienta a produção do espaço urbano nas grandes cidades brasileiras opera a partir de mecanismos cada vez mais violentos de extração de renda, sustentados por um desmonte das políticas sociais e por um aumento dos instrumentos de controle, que comprometem de sobremaneira as possibilidades de sobrevivência, em especial nos territórios populares. Há uma articulação evidente entre o avanço desse capitalismo rentista financeirizado e as ações de genocídio conduzidas pelos poderes constituídos, onde conseguir permanecer na cidade passa a ser um privilégio para poucos. É por isso que o acesso à moradia deve ser concebido como um ato de resistência, como forma de articular frentes de luta contra-hegemônica. Discutir políticas de moradia dentro da universidade, em um contexto de crise permanente como esse que estamos vivendo, passa pelo reconhecimento de que somos parte de um sistema econômico que depende das desigualdades para se reproduzir, mas que pode ser tensionado a partir de ações que busquem incorporar novos marcos existenciais e se abram para outras epistemologias. O desafio pedagógico está em conseguir construir espaços de discussão que auxiliem nesse processo.